




CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas



## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, designo como relator do Projeto de Lei nº 38/2019, o Vereador Jakson Ramos para que apresente parecer conjunto em até sete dias.

Rio Branco/AC, 17 de outubro de 2019.

  
**Vereador Rodrigo Forneck**  
Presidente da CCJRF

### MANIFESTO CIÊNCIA

da relatoria designada acima, em

17/10/2019.

  
\_\_\_\_\_  
**Vereador Relator**



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**  
**Comissões Técnicas**

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596  
Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: ct@riobranco.ac.leg.br



**PARECER Nº 38/2019/CCJRF e CEDU**

**Autoria:** Vereador José Carlos Juruna

**Relatoria:** Vereador Jakson Ramos

**I – RELATÓRIO**

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL** conjuntamente com a **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO** apreciam o Projeto de Lei nº 38/2019, que institui o programa de empreendedorismo nas escolas e na comunidade de ensino fundamental do poder público municipal.

Projeto de lei juntado à fl. 02 e justificativa à fl. 03.

O projeto visa instituir o programa de empreendedorismo nas escolas de ensino fundamental e na comunidade, com a finalidade de promover o empreendedorismo, interação e cidadania dos alunos e seus familiares no âmbito da comunidade escolar.

A Procuradoria Legislativa acenou pela inexistência de óbice jurídico à aprovação da matéria.

É o necessário a relatar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que o Projeto de Lei nº 38/2019 se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, de acordo com o que dispõem o art. 30, I, da CF/88 e o art. 22, I, da Constituição Estadual, por se tratar de matéria de interesse local.

Não há vício de iniciativa, pois a matéria em questão não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa previstas na Lei Orgânica, podendo, portanto, ser proposta por qualquer dos legitimados à propositura de leis no âmbito municipal.

Quanto à espécie normativa utilizada, percebe-se que o projeto não versa sobre matérias reservadas às leis complementares (art. 43, § 1º, da Lei Orgânica), podendo ser veiculado por lei ordinária.

O projeto institui o programa de empreendedorismo nas escolas públicas municipais de ensino fundamental e na comunidade em geral. O objetivo é estimular os jovens estudantes a promover atitudes empreendedoras, com a participação de seus familiares, visando à aplicação do conhecimento adquirido ao longo de sua vida adulta.

A proposta busca a promoção da educação para a sustentabilidade, o empreendedorismo e cidadania nas escolas públicas municipais. Desta forma, incentiva os jovens estudantes do ensino fundamental a ser participativos na comunidade e a contribuir, de forma ativa, para o bem-estar social, ambiental e econômico.

Ao fomentar o empreendedorismo e imbuir uma mentalidade criativa nos alunos da rede pública municipal, a proposição assegura que as futuras gerações tenham em alta relevância os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, que constituem fundamento da República e do Município, na forma do art. 1º, IV, da Constituição Federal e do art. 2º, IV, da Lei Orgânica.

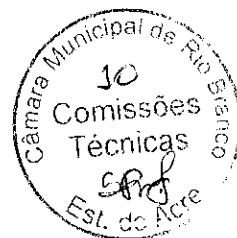
"Valorize a vida, não use drogas"



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

### Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596  
Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: ct@riobranco.ac.leg.br



Cabe destacar que outros Municípios da Federação possuem leis semelhantes, podendo-se mencionar o Município de Penha/SC (Lei nº 2.990/2018).

Assim, **aos olhos da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final**, a proposta não demonstra aptidão para violar qualquer princípio ou regra constitucional, nem mesmo os atinentes à legislação infraconstitucional.

Por fim, a natureza da proposição envolve um dos direitos fundamentais do Estado Democrático de Direito: educação. Além de ser um direito fundamental, é fator essencial ao desenvolvimento de um país, e também de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego.

Os impactos da educação são extensos e profundos, tais como: combate à pobreza, faz a economia crescer, promove a saúde, diminui a violência, garante o acesso a outros direitos, ajuda a proteger o meio ambiente, aumenta a felicidade, fortalece a democracia e a cidadania, além de ajudar na compreensão do mundo.

Empreender é ação humana necessária para o desenvolvimento pessoal e social.

Assim, **aos olhos da Comissão de Educação**, a proposição valoriza e contribui para a educação de qualidade em nosso município, colaborando para a formação cidadã do indivíduo, tornando possível a construção de uma sociedade participativa, consciente de seus direitos e deveres, apta a empreender e tornar Rio Branco um município próspero e financeiramente saudável.

Com estas razões, manifesto meu voto.

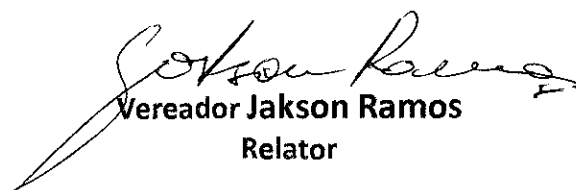
### III – VOTO

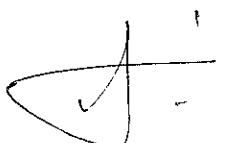
Ante o exposto, **voto** pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 38/2019.

É como voto.

Submeto aos nobres pares.

Rio Branco - Acre, 17 de outubro de 2019.

  
Vereador Jakson Ramos  
Relator



"Valorize a vida, não use drogas"



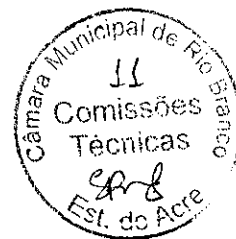


**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**

**Comissões Técnicas**

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596

Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: [ct@riobranco.ac.leg.br](mailto:ct@riobranco.ac.leg.br)



**TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CCJRF**

**PARECER Nº 38/2019/CCJRF e CEDU**

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Rodrigo Forneck Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	<i>roforneck</i>
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	<i>pelas conclusões</i>	<i>eduardo</i>
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	<i>Elzinha</i>
Vereador N. Lima Membro Titular	<i>concordo</i>	<i>N. Lima</i>
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	_____	_____
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente	<i>Pelas conclusões</i>	<i>Célio Gadelha</i>

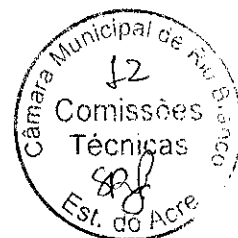


**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**

**Comissões Técnicas**

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596

Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: [ct@riobranco.ac.leg.br](mailto:ct@riobranco.ac.leg.br)



**TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CEDU**

**PARECER Nº 38/2019/CCJRF e CEDU**

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Célio Gadelha Membro Titular	<i>Pelas Conclusões</i>	
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	<i>Pelas Conclusões</i>	
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	
Vereador Laércio da Farmácia Membro Titular	<i>Pelas conclusões</i>	
Vereador Mamed Dankar Membro Titular	<i>PELAS CONCLUSÃO</i>	
Vereador João Marcos Membro Suplente		
Vereador José Carlos Juruna Membro Suplente		



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas

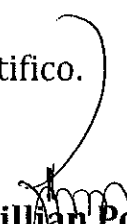


## CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Lei nº38/2019 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF, e na Comissão de Educação – CEDU em reunião conjunta extraordinária realizada neste dia, presidida pelo Vereador Rodrigo Forneck, presentes ainda os Vereadores Elzinha Mendonça, Eduardo Farias, Célio Gadelha e Jakson Ramos.

É a verdade que certifico.

Rio Branco/AC, 17 de outubro de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o Projeto de Lei nº 38/2019 e seu respectivo parecer com votos à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco/AC, 17 de outubro de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

**ACUSO RECEBIMENTO, em**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

**Diretoria Legislativa**